

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2014**

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de ____ de Abril de 2015

Pela Assembleia Municipal em Sessão de ____ de Abril de 2015

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 201__
(S/ ofício nº ____, de ____ de ____ de 201__
Emolumentos de € ____, pagos em ____/____/201__, pela
ordem de pagamentos nº ____

Reunião de 16/4/2015
Deliberação n.º 58
A câmara deliberou por maioria, com
quatro de qualidade do Presidente
e três votos contra dos vereadores
do PS, aprovar o documento,
para deliberar enviar o documento
para aprovação à Assembleia Municipal.

[Handwritten signatures in blue ink]

1 INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da lei 73/2013 de 3 de setembro.

No âmbito da prestação de contas serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Atividades e Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano 2013 (PPI – Plano Plurianual de Investimentos) e do Orçamento do ano financeiro de 2014, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O ano 2014 marca o início do terceiro mandato autárquico, assim como a continuidade de um conjunto de investimentos um pouco por todo o Concelho e que naturalmente constituem valor acrescentado para o desenvolvimento que se pretende do mesmo.

O documento aqui apresentado procura retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2014, assim como a sua realidade financeira, patrimonial e orçamental.

2 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

2.1 Assembleia Municipal – Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

- **Presidente da Assembleia Municipal** - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade
- **1º Secretário** - Júlio Alfredo Mota
- **2º Secretário** - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10 000 e 50 000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente – Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Trânsito
- Proteção Civil

Vice – Presidente – José Manuel Gonçalves

- Assuntos contabilísticos e financeiros
- Desporto, Juventude e Tempos Livres
- Educação e Escolas









Vereadora – Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Ação Social
- Saúde

Vereador – Mário Francisco Cancela Mesquita Montes

- Urbanismo e Obras Particulares
- Turismo
- Assuntos Jurídicos
- Licenciamento e Fiscalização
- Abastecimento Económico e Defesa do Consumidor
- Habitação

Vereador – Manuel José Ramalho Ramos Paiva

Vereador – Luís Manuel Teixeira de Sousa Ribeiro

Vereador – Margarida Maria Teixeira Osório Rodrigues da Silva



2.3 Participações do Município do Peso da Régua

2.3.1 Participações Societárias em 31 de dezembro de 2014

Água de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A." foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, "Águas de Portugal S.G.P.S. S.A." e a "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.".

O Município do Peso da Régua detém uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade.

2.4 Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2014

Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985 e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu da necessidade

destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 47 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contactos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa essencialmente a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo assim para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi, e é, uma necessidade emergente e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na

sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, de criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinhas; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.



Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992 com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento do estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes estruturas e entidades públicas e privadas.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, e a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura publica, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos a gestão do contrato celebrado com o Governo no âmbito do QREN sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento do Douro que prevê investimentos municipais de 150 milhões de euros até 2013, e a negociação com o Governo do PIDDAC para o Douro (investimentos da responsabilidade da Administração Central).

Douro Alliance

A Associação “Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta e Mesão Frio, Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR – Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias, para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, no Peso da Régua e em Lamego, mas em toda a Região do Douro.



3 RESUMO DA ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA

No âmbito deste capítulo serão apresentadas, de forma resumida, as atividades desenvolvidas durante o ano 2014, bem como um resumo das candidaturas, projetos/empreitadas de obras no exercício em análise, assim como outras atividades de cariz cultural, desportivo e social serão evidenciadas.

3.1 Candidaturas elaboradas e aprovadas em 2014

CANDIDATURAS ELABORADAS EM 2014	CUSTO TOTAL DO INV.	DESPESA ELEGIVEL	FEDER
Alameda das Artes Equipamentos para a dinamização cultural e económica	413 562,77	413 562,77	351 528,35
Passadiços e Estrutura metálica de apoio a cinema e mecânica de cena	158 786,92	158 786,92	134 968,88
Cinema digital 2D/3D 4k do Auditório do Peso da Régua	110 910,88	110 910,88	94 274,25
Execução de espaço de regie auditório	26 997,68	26 997,68	22 948,03
Sistemas de iluminação cénica, suspensão e infraestruturas adicionais	116 867,29	116 867,29	99 337,20
Requalificação urbana da R. Dr. António da Fonseca e da Praça Prof. Renato Aguiar	116 949,74	116 949,74	99 407,28
Requalificação do Largo do Eirô de Galafura	119 938,43	119 938,43	101 947,67
Requalificação urbanística do Largo 27 de Maio	59 222,52	59 222,52	50 339,14
Requalificação Urbana da R. Guedes de Amorim e Praça General Humberto Delgado	783 856,52	783 856,52	666 278,04
Requalificação do Acesso Pedonal - Quelho da Azenha	58 599,04	58 599,04	49 809,18
Pavimentação do Loteamento de Santa Maria	45 238,30	45 238,30	38 452,56
Espaço Multiusos de Promoção e Valorização dos Recursos Endógenos	93 059,71	93 059,71	79 100,75
Parque Infantil da Alameda das Artes	156 216,28	156 216,28	132 783,84
Acesso Piso de Base para Parque infantil e iluminação exterior	64 577,34	64 577,34	54 890,74
Parque Infantil	91 634,74	91 634,74	77 889,53
Requalificação do Polidesportivo de Moura Morta	40 253,50	40 253,50	34 215,48
Salas de atividades de Grupo das Piscinas Municipais	2 965 258,40	100 928,59	85 789,30
Substituição do Relvado do Estádio Municipal Artur Vasques	202 763,72	185 002,35	157 252,00
Substituição do Relvado do Estádio Municipal Artur Vasques	149 029,85	140 594,20	119 505,07
Balizas	5 809,94	4 801,60	4 081,36
Bancos	6 025,80	4 980,00	4 233,00
Quadro eletrónico	20 570,00	17 000,00	14 450,00
Cadeiras	21 328,13	17 626,55	14 982,57
Requalificação da Rua dos Camilos	69 963,45	69 963,45	59 468,93
Pavimentação da Estrada Municipal 601 - Quatro Caminhos - Sergude	230 852,10	230 852,10	196 224,29
Douro: Património e Paisagem	1 084 523,97	782 034,18	664 729,05
Vale da Cunha Miradouro	17 704,13	17 704,13	15 048,51
Programa integrado de sinalização cultural e ambiental	154 353,61	154 353,61	131 200,57
Requalificação da Margem Ribeirinha do Peso da Régua	301 091,41	301 091,41	255 927,70
Largo da Igreja Matriz do Peso da Régua	208 792,29	208 792,29	177 473,45
TOTAL CANDIDATADO	6 440 258,45 €	3 255 677,48 €	2 767 325,86 €

CANDIDATURAS APROVADAS	CUSTO TOTAL DO INV.	DESPESA ELEGIVEL	FEDER
Instalação de Relva Sintética com balneários no Campo de Futebol Dr. Rui Machado	456 959,29	456 959,29	388 415,40
Implementação da Loja Interativa de Turismo do Peso da Régua	402 321,20	456 959,29	305 000,00
Requalificação da Escola EB2,3 do Peso da Régua	6 389 786,56	5 793 594,95	4 634 875,96
TOTAL APROVADO	7 249 067,05	6 707 513,53	5 328 291,36

3.2 Divisão de Obras Públicas

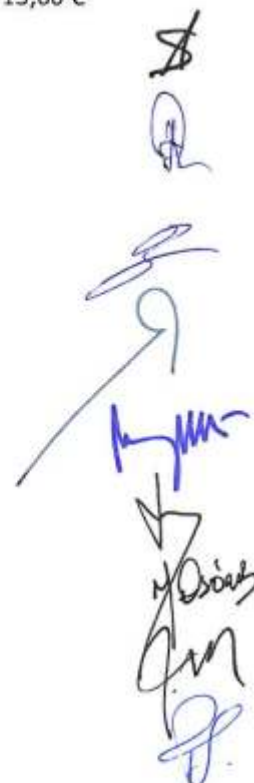
A tabela seguinte elenca as obras executadas ou em fase de execução durante o ano 2014.

Empreitada	Valor
REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PASSOS – SEDILOS E REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO LUGAR DAS TRAVESSAS – POIARES	41 636,68
Drenagem de Águas Residuais Passos	41 116,55
Drenagem de águas residuais Poiares	520,13
CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO, PARQUE DE ESTACIONAMENTO E ARRANJO DA ÁREA ENVOLVENTE	2 520 862,34
Auditório e Área Envolvente	2 232 890,20
Parque Estacionamento	287 972,14
CONSTRUÇÃO DE ECOPISTA RIBEIRINHA E REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES RIBEIRINHOS	35 030,13
REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES RIBEIRINHOS	31 101,34
CONSTRUÇÃO DE ECOPISTA RIBEIRINHA	3 928,78
REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO DO CAIS DE MERCADORIAS DA REFER	133 859,21
INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS – RFL – REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO	54 950,20
REQUALIFICAÇÃO URBANA NA ZONA ENVOLVENTE À IGREJA MATRIZ DE PESO DA RÉGUA	37 871,67
PAVIMENTAÇÃO DE UM ARRUAAMENTO NO LUGAR DAS TRAVESSAS - COVELINHAS	20 734,66
REABILITAÇÃO DA CASA DO POVO DE FONTELAS E ZONA ENVOLVENTE - FONTELAS	20 149,43
CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE À ESTRADA NA AV. ANTÃO DE CARVALHO - PESO DA RÉGUA	6 063,20
CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NO LUGAR DE STO. XISTO E REPOSIÇÃO DE TROÇO DO EMISSÁRIO NO SAR DE VILARINHO DOS FREIRES	30 580,26
REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO PEDONAL – QUELHO DA AZENHA	58 599,04
EXECUÇÃO DE MURO DE SUPORTE EM GABIÃO NO LUGAR DA PITARRELA - VILÓ DOS FREIRES	41 514,90
REPARAÇÃO DE TROÇO DA ESTRADA MUNICIPAL 593 - POIARES/CANELAS	12 099,05
PAVIMENTAÇÕES A CUBOS EM VÁRIAS ZONAS DO CONCELHO	25 844,34
EXECUÇÃO DE MUROS DE SUPORTE NO LUGAR DA PITARRELA - VILARINHO DOS FREIRES - FASE II	31 654,52
FONTE DO MILHO, ESTUDO E VALORIZAÇÃO – CENTRO INTERPRETATIVO DE CANELAS – PESO DA RÉGUA	134 044,97
EXECUÇÃO DE POSTO DE TURISMO - PESO DA RÉGUA	200 634,18
EXECUÇÃO DE MURO DE XISTO E AQUEDUTO NO LUGAR DO EIDO – VILARINHO DOS FREIRES	4 066,16
EXECUÇÃO DE LIGAÇÃO EM BAIXA TENSÃO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO EDIFÍCIO DA CASA MORTUÁRIA DO CÔVO	302,10
REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO LUGAR DA VOLTA DA MORTE – GODIM – TRABALHOS COMPLEMENTARES	12 799,30

TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS E MUROS JUNTO À LINHA DE ÁGUA NO LUGAR DA FERRARIA - SEDIÉLOS	13 905,08
REPAVIMENTAÇÃO DA RUA SERPA PINTO E EXECUÇÃO DE PASSADEIRA NA RUA DA FERREIRINHA - PESO DA RÉGUA	5 639,20
EXECUÇÃO DE LIGAÇÃO EM BAIXA TENSÃO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO EDIFÍCIO SITO NA QUINTA VIANA, LOTE 1A - GODIM	1 770,20
CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NO ARRUAMENTO RODO - QUINTÃ **	1 717,20
TEATRINHO DO PESO DA RÉGUA	84 919,13
CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE EM BETÃO CICLÓPICO EM SANTO XISTO - VILARINHO DOS FREIRES **	8 511,80
Construção de Muro de Suporte no Arruamento Rodo - Quintã	1 558,20 €
Construção de Muro de Suporte em Betão Ciclopico em Santo Xisto - Vilarinho dos Freires	10 038,15 €
Execução de ligação em baixa tensão para o fornecimento de energia elétrica ao Edifício Quinta Viana-Lote 1- Godim- Trabalhos Complementares	678,40 €
ESCAVAÇÃO E TRABALHOS DE DRENAGEM NO LUGAR DAS ASSUREIRAS - VINHOS E TRABALHOS VARIADOS DE DESOBSTRUÇÃO DE LINHA DE ÁGUA - FERRARIA	10 759,00 €
REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS NO CENTRO DE SAÚDE E BAIRRO DA AZENHA - PESO DA	30 262,43 €
Pavimentação da Avª Sacadura Cabral - Godim	11 898,50 €
REPARAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA INSTALADA NO LUGAR DA PONTE - VILARINHO DOS FREIRES	18 889,20 €
Trabalhos de pavimentação e drenagem de águas pluviais - Largo dos Aviadores e Rua dos Camilos - Régua	2 093,50 €
Montagem de Retentores Eletroímãs e Trabalhos Variados de Eletricidade - Centros Escolares	1 788,59 €
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RAILS NA CURVA A SEGUIR AO CEMITÉRIO DE SEDIÉLOS, NO SENTIDO CARVALHO - SERMANHA	3 657,00 €
EXECUÇÃO DE MURO EM BETÃO CICLÓPICO NA CASA DO POVO DE FONTELAS	17 956,23 €
REABILITAÇÃO DE UMA MINA NO LUGAR DO CEMITÉRIO - SEDIÉLOS	6 031,40 €
CINEMA DIGITAL 2D/3D 4 K DO AUDITÓRIO DO PESO DA RÉGUA	110 910,88 €
INSTALAÇÃO DE DETEÇÃO DE FUGAS DE GÁS - CENTROS ESCOLARES DA ALAMEDA E DAS ALAGOAS	917,96 €
Pavimentação a Cubos em Poiares	14 172,00 €
PAVIMENTAÇÃO A CUBOS E EXECUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA RUA PEDRO VERDIAL - PESO DA RÉGUA	22 893,35 €
Desramação de árvores, arbustos, limpeza e transportes do material cortado	9 222,00 €
Hidrossementeira em terreno junto às piscinas do CCPAD- Juncal de Baixo - Régua	12 720,00 €
Tratamento de juntas com cimento do talude da margem do Rio Douro	12 413,66 €
Remodelação do campo de futebol de Fontelas, Dr. Rui Machado e preparação da base para instalação de relva sintética	284 726,91 €
Execução do Ramal de Ligação do Auditório ao PT da Alameda e Instalação de Terra de Serviço	10 497,18 €
EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA URBANIZAÇÃO S. DOMINGOS - PESO DA RÉGUA	86 092,32 €
SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE ILUMINAÇÃO EQUIPADOS COM "KIT" DE EMERGÊNCIA NAS PISCINAS MUNICIPAIS DO PESO DA RÉGUA	6 868,80 €
Trabalhos de Instalação da Escola Provisória da EB 2/3	158 131,66 €
Pavimentação do Loteamento de Santa Maria	45 238,30 €
Trabalhos de drenagem de águas pluviais e muro de contenção - Sediélos	37 934,22 €
Instalação de Parque Infantil - Alameda dos Capitães	91 634,74 €
Alargamento de um caminho e vedação no Rodo	6 174,71 €

Fornecimento e instalação de equipamento e mobiliário no Centro Interpretativo da Fonte do Milho - Canelas	148 535,57 €
Rede de Drenagem de Águas Residuais e Rede de Abastecimento de Água ao Centro de Preservação de Poiares	47 826,03 €
Requalificação da Margem Ribeirinha do Peso da Régua	301 091,41 €
Passadiço e Estrutura Metálica de Apoio a Cinema e Mecânica de Cena - Auditório	158 786,92 €
Pavimentação e Iluminação de Polidesportivo - Moura Morta	40 253,50 €
Miradouro do Vale da Cunha - Estrada de Vilarinho dos Freires/Canelas	17 704,13 €
Espaço Multiusos de Promoção e Valorização dos Produtos Endógenos - Galafura	93 053,71 €
Sistemas de iluminação cénica, suspensão e infra-estruturas adicionais	116 867,29 €
Substituição do relvado sintético do Estádio Municipal Artur Vasques	149 029,85 €
Programa integrado de sinalização ambiental e cultural	154 616,61 €
Acesso, piso de base para parque infantil e iluminação exterior	64 577,34 €
Execução de Espaço de Régie - Auditório	26 997,68 €
Reabilitação e Reconversão do Cais de Mercadorias - Vãos Superiores e Paredes Divisórias	135 945,00 €
ENCAMINHAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO ARRUAMENTO DO BAIRRO DE NOSSA SRA. DO SOCORRO - PESO DA RÉGUA	1 749,80 €
EXECUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO NO BAIRRO DA J.A.E.	771,68 €
EXECUÇÃO DE MURO DE BETÃO CICLÓPICO NA RUA DA POUSA - ESCÁVEDAS - VILARINHO DOS FREIRES	6 417,66 €
EXECUÇÃO DE MURO DE BETÃO CICLÓPICO NA RUA DA TAPADA - ALVAÇÕES DO TANHA - VILARINHO DOS FREIRES	10 103,07 €
Desvio de Infraestruturas de Eletricidade - Cais da REFER	2 713,60 €

Obras executadas ou em fase de execução durante o ano 2014.



4 DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

À Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território competem, não só funções no âmbito do planeamento e promoção do desenvolvimento económico a gestão dos processos da área urbanística como sejam a apreciação de projectos de edificações, loteamentos, mas também da gestão do espaço público e da publicidade.

Na tramitação destes processos e actividades conexas temos vindo a assistir a uma progressiva desmaterialização dos procedimentos com recurso a meios electrónicos de entrega de elementos, de consulta a entidades externas e de tramitação processual.

Estamos neste momento a implementar um sistema que permita a entrada de processos por via exclusivamente digital permitindo a entrega de elementos em suporte informático e o seu posterior tratamento sem recurso ao papel, sendo que as sucessivas alterações ao RJUE (Regime Jurídico da urbanização e Edificação), a última das quais entrou em vigor no início do passado mês de Janeiro, implica nova alteração aos regulamentos municipais desta área, o que não permite uma tão célere transição para um novo sistema.

Para mais fácil análise transcrevem-se a seguir alguns quadros com a movimentação processual e respetiva tramitação subsequente verificada no ano de 2014.



4.1 Movimentação Processual

	Designação	Nº Processos 2014	Nº Processos 2013	Nº Processos 2012	Nº Processos 2011
PO	Processo de Obras	58	76	53	56
UAUTIL	Utilização/Alt. de utilização	51	53	59	57
PLOT	Processo de loteamento	0	0	0	1
DESTAQUE	Destaque (certificação)	2	3	5	5
IP	Informação Previa	3	5	5	10
PHORIZONT	Prop. horizontal (certificação)	7	3	4	7
OCUVIAPUB	Ocup. via pública	13	17	12	16
PUBLICIDA	Publicidade	7	14	6	10
SEGSALUB	Segurança/salubridade	0	0	0	3
DIVERSOS	Diversos	226	202	163	153
DC	Disposições controlo de funcionamento	64	51	27	25
FTH	Ficha técnica de habitação	24	10	16	36
TOTAL		455	434	350	379

* Incl.
DIVERSOS

Ressalta desde logo da análise deste quadro, por comparação com o ano de 2013, uma diminuição substancial do número de processo de licenciamento de obras.

Esta diminuição contrasta com o aumento do número total de processos registados, fruto de um acréscimo do número de processos diversos, incluindo queixas e outros não tipificados no RJUE.

4.2 Entrada de requerimentos

No que concerne à movimentação processual verificou-se idêntica diminuição comparativamente com o ano transato de acordo com o quadro seguinte:

	Requerimentos de 2014		Requerimentos anteriores a 2014	TOTAL
	Processos de 2014	Processos anteriores		
DELIBERAÇÕES	37	12	5	54
DESPACHOS	338	345	162	845
INF/DESP - Chefe de Divisão	0	0	14	14
INF - Técnicos	438	345	161	944
TOTAL	813	702	342	1857

Foram praticados no total 1857 atos processuais sendo que destes 1515 dizem respeito a requerimentos entrados no ano de 2014 e 342 a requerimentos de anos anteriores.

Foram, ainda, efetuadas 95 consultas a entidades exteriores ao município, número que está em linha com a diminuição verificada no número de processos iniciados, mas não conta com o facto de, neste momento, qualquer consulta que tenha por objeto mais do que uma entidade ser efectuada à CCDR-N através do Portal do SIRJUE contando para este efeito apenas como uma consulta se bem que, de facto, tenha por objecto mais do que uma entidade.

Para conhecimento aos interessados de decisões ou outros incidentes processuais foram ainda emitidas 898 notificações, número que não inclui aquelas efetuadas pessoalmente nos serviços.

No âmbito dos procedimentos de certificação sejam eles de isenção de autorização de utilização (edificações anteriores a 1951) propriedade horizontal, compropriedade, destaque ou outros, foram emitidas 108 certidões.

4.3 Emissão de títulos

No âmbito dos processos em tramitação foram emitidos 94 títulos de alvará sendo de registar acréscimos significativos nos alvarás de obras e de utilização com aumentos a rondar os 50% o que poderá traduzir a apreensão por parte dos munícipes da necessidade de tramitar os processos até ao seu término bem como uma mais proficiente e pedagógica atuação da fiscalização municipal.



		2014	2013
Código	Designação	N.º	N.º
C	CONSTRUCAO/ RECONST/ ALTER/ AMPL / DEMOL	38	25
U	UTILIZAÇÃO	49	34
A	ADITAMENTO - LOTEAMENTO	0	1
I	ADITAMENTO - EDIF / URB / TRAB REM TER	7	7
R	AVERBAMENTOS A TITULOS EMITIDOS	0	1
	TOTAL	94	68

Está, também, enquadrado nesta Divisão o Setor de Sistemas de Informação Geográfica que, prestando um apoio transversal a todas as áreas de atuação do Município, tem vindo a recolher e sistematizar diversa informação de apoio à gestão de todas as infra-estruturas.

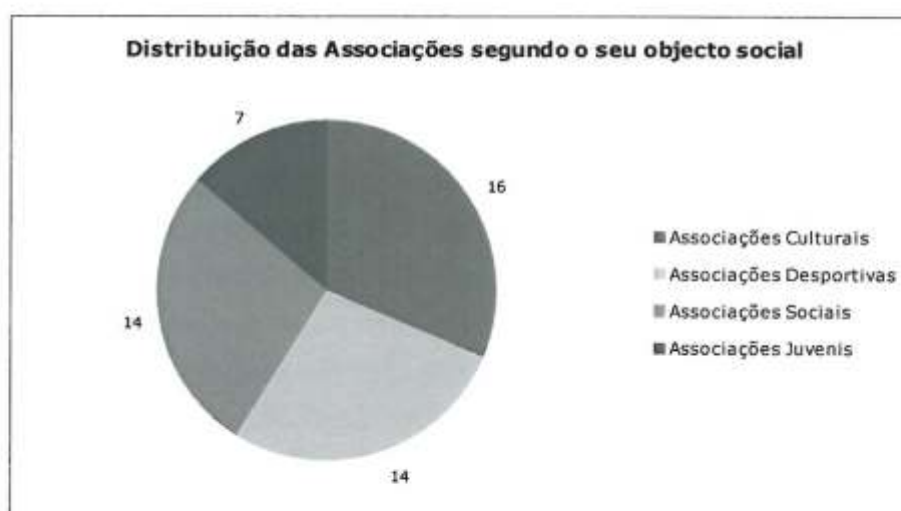
Tem, também, apoiado a recolha de informação com vista à implementação das áreas de reabilitação urbana em trabalho coordenado com o setor de planeamento tendo em vista potenciar a intervenção municipal na definição de uma política local de reabilitação de edifícios degradados.



5 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

5.1 Associativismo

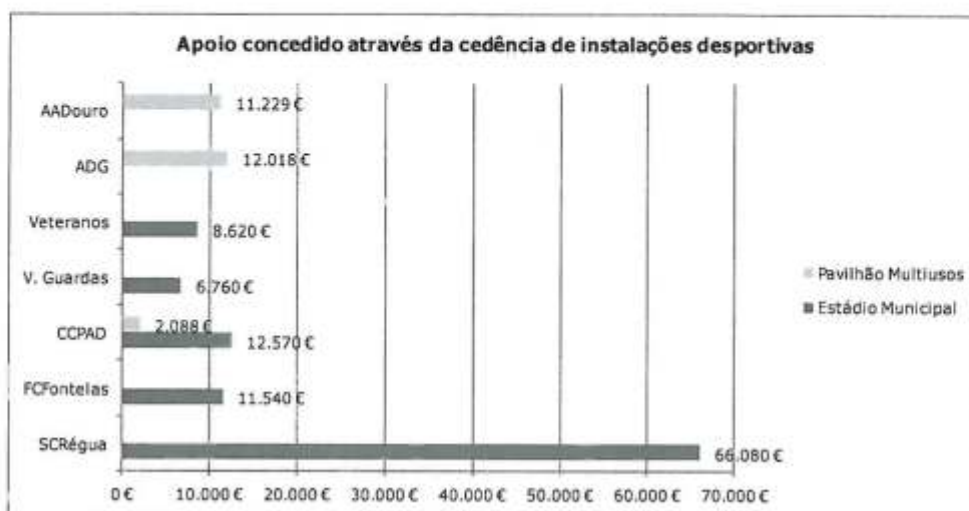
No final do ano de 2014, o Município do Peso da Régua contava na sua base de dados com um total de 51 associações com a seguinte distribuição segundo o seu objeto social.



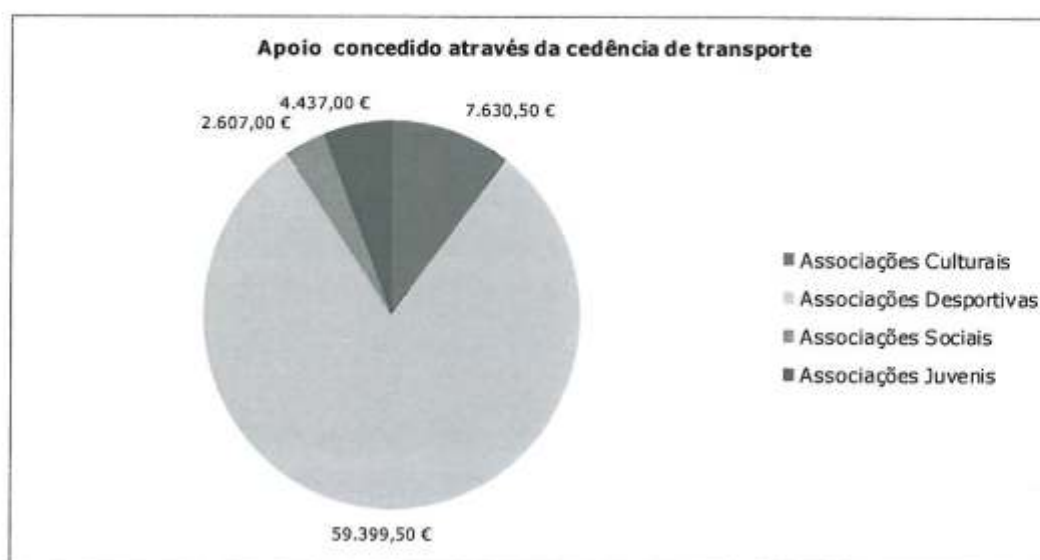
Segundo o Programa de Apoio ao Associativismo, implementado neste Município desde 2007, estas associações podem usufruir de quatro tipos de apoio: monetário, transporte, cedência de instalações/equipamentos e logístico.

A estas associações foi atribuído um total global monetário de 350.204,07€ repartidos da seguinte forma: associações juvenis 5.700,00€, associações culturais 40.450,00€, associações desportivas 144.550,00€ e associações sociais 159.504,07€.

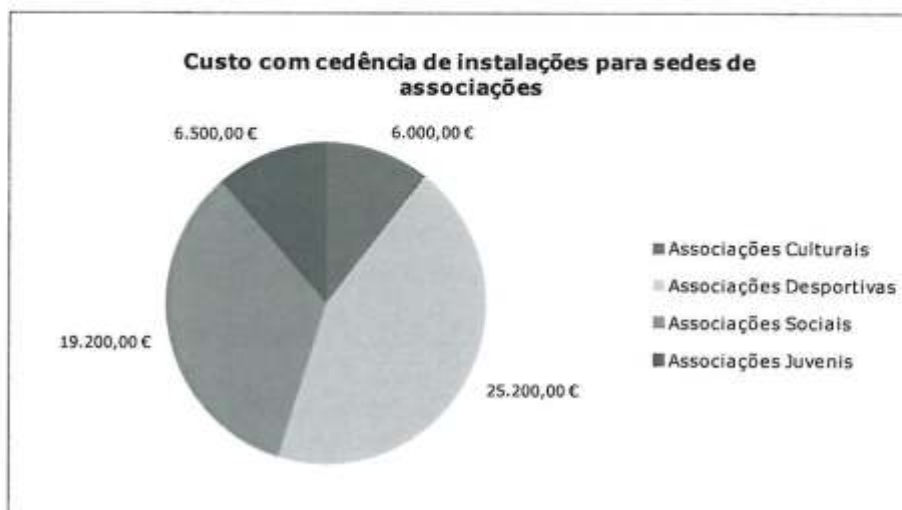
Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num custo total de 130.905,00€, sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 105.570,00€ e ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 25.335,00€ distribuídos segundo o gráfico abaixo pelas associações enunciadas no mesmo.



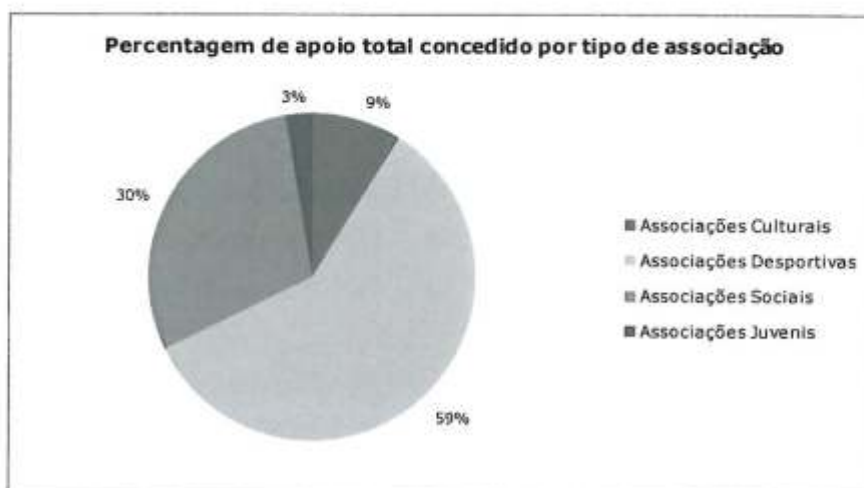
No que concerne aos apoios de transporte, também estes foram contabilizados e traduzidos num custo total para o Município de 74.074,00€, repartido pelas seguintes tipologias de associações:



Em 2014, reflectimos, também, o apoio concedido com a cedência de espaços onde as associações pudessem ter a sua sede. Esta necessidade procede da falta de capacidade financeira para suportar os custos decorrentes do arrendamento de espaços com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades e resulta num apoio total concedido de 56.900,00€, do qual 44% desse valor é atribuído às associações desportivas.



Pelo exposto, podemos afirmar que o valor real e global dos subsídios atribuídos é de 612.083,07€, sendo que as associações desportivas se destacam com a maior percentagem de subsídios atribuídos.



Em suma, e em comparação com o ano anterior, podemos, desde logo, verificar uma diminuição no número de associações no Concelho. Esta diminuição aqui refletida é consequência da atualização da base de dados do Município que, após dois anos sem qualquer atividade, deixa de considerar a Associação para efeitos de atribuição de subsídio. A disparidade de valores nas associações desportivas, sociais ou juvenis não é tão evidente como nas culturais, visto que o número das anteriores foi compensado pela criação de novas associações.

Financeiramente, verificou-se um aumento de custos com o apoio às associações juvenis, culturais e sociais, sendo que as desportivas, por via do aumento de atletas em formação, reflete os maiores apoios concedidos

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

quer com transportes, quer um aumento de custos com subsídios monetários.

Por último, comparando as percentagens globais do ano anterior com as do ano em causa, podemos verificar que apesar de as associações desportivas continuarem a ser classe associativa com maior percentagem de apoio, tem existido um aumento de apoio às outras classes associativas por forma a estimular uma maior dinâmica associativa concelhia.

5.2 Educação e ensino

CENTROS ESCOLARES

No ano letivo de 2010/2011, entraram em funcionamento os Centros Escolares da Alameda e das Alagoas.

Estes espaços educativos foram inaugurados a 16 de setembro de 2010, dotados de excelentes condições para o ensino e acolhimento dos alunos do concelho do Peso da Régua.

No ano letivo 2013/2014, frequentaram os centros escolares cerca de 690 alunos (1ºCEB e Pré-Escolar), no jardim-de-infância de Loureiro 12 alunos e no jardim-de-infância de Galafura 9 alunos.

Cada centro escolar no seu interior dispõe de 17 salas de aula do 1ºCiclo e 3 do Pré-Escolar, biblioteca devidamente equipada com meios informáticos, sala de professores, gabinetes de trabalho para professores e técnicos (psicólogos e terapeutas), sala polivalente (refeitório) e ginásio.

Como resposta educativa aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, o Centro Escolar das Alagoas possui uma sala com equipamento específico, para os alunos portadores de multideficiência, e uma outra para alunos portadores de surdez. A sala para alunos surdos permite o desenvolvimento de técnicas específicas, incluindo o ensino bilingue. É de salientar que esta sala está aberta a todos os alunos portadores de surdez de toda a região.

O espaço exterior dos centros escolares contempla áreas pavimentadas, zonas ajardinadas, um campo de jogos para complemento das atividades desportivas ao ar livre e, ainda, parque infantil destinado ao Pré-Escolar. Os parques foram instalados apostando na promoção das competências individuais e sociais da criança.

\$

R

g

my

Ariz

Am

g

5.3 Equipamentos coletivos

5.3.1 PAVILHÃO MULTIUSOS MUNICIPAL ANTÓNIO SARAIVA

Inaugurado a 22 de janeiro de 2008, após obras de recuperação, requalificação e ampliação, o Pavilhão Multiusos Municipal António Saraiva é uma importante infra-estrutura desportiva.

A sua transformação permitiu que fosse desenvolvida não só a prática e competição desportiva, mas também que fossem dinamizados eventos noutras áreas.

No ano de 2014 registaram-se neste equipamento 31 748 utilizadores diretos que derivam da utilização do mesmo por parte das associações e clubes desportivos, da EB 2,3, do Centro Desportivo Municipal e de grupos organizados.

Eventos como o "Torneio de futebol/Petizes/CCPAD", "Torneio de futebol" organizado pela Comissão de Festas Nossa Senhora do Socorro", "Ginástica/mini trampolim", "IX encontro Concelhio de Boccia/Sénior", "Estágio de Andebol/equipa profissional sénior do Belenenses", "Torneio de futebol entre Câmaras do Distrito de Vila Real" foram, também, dinamizados nesta infra-estrutura, não sendo todavia possível contabilizar o número de utilizadores abrangidos.

5.3.2 ESTÁDIO MUNICIPAL ARTUR VASQUES

Uma das mais importantes infra-estruturas desportivas do Concelho é, sem dúvida, o Estádio Municipal Artur Vasques. Dotado de uma bancada coberta com capacidade para 900 lugares sentados, balneários, posto médico, cabine de imprensa e um relvado com dimensões oficiais, este equipamento reúne todas as condições para bons espetáculos de futebol.

O Município detém os direitos de gestão deste equipamento e coloca-o à disposição de todas as coletividades existentes no concelho, sendo que em 2014 se registaram 24 045 utilizadores diretos.

Neste espaço foram ainda dinamizados alguns eventos como o "Torneio de futebol do CCPAD nos escalões de Benjamins, Traquinas, Petizes e Infantis", "Torneio de futebol/F. C. Fontelas no escalão de Iniciados", "Torneio interno da Academia de futebol do S. C. Régua", "Torneio das Vindimas/Veteranos/Futebol", "Jogo Internacional sub16, Portugal - Turquia".

5.3.3 PISCINAS MUNICIPAIS

Referência no concelho pelas suas valências e utilidade para a população, as Piscinas Municipais do Peso da Régua estão em funcionamento há cerca de três anos, provando a sua utilidade e funcionalidade pela forte adesão dos reguenses nas atividades e modalidades ao dispor neste equipamento.

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças e adultos; Hidrobike; Hidroginástica; Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada. Todos os alunos de jardins-de-infância e 1º ciclo têm também associado ao seu programa anual o ensino da natação nas nossas instalações. O número total de utentes em 2014 nas classes organizadas foi de 1049, sendo que 68% eram do sexo feminino e 32% do masculino. A modalidade que atrai mais utentes é desde o primeiro ano a Hidroginástica. Destinadas as nossas instalações a servir essencialmente a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao nosso concelho – 77% dos utentes são do concelho, sendo que 23% são de outros concelhos. De forma a promover a coesão social e um estilo de vida saudável, pontualmente foram organizados eventos para utentes e não utentes, tais como o Dia Internacional da Mulher (359 participantes), Dia da Água (150 participantes), Dia Mundial da Dança (126 participantes), Caminhar e jogar pela sua saúde (238 participantes) Aquafamily (65 participantes), Festival e Caminhada de Encerramento (479 participantes), Halloween (85 participantes), 3º Aniversário (98 participantes) e o Festival de Natal (100 participantes). Destaque maior em 2014 para 3 eventos organizados que ultrapassaram todas as expectativas, nomeadamente “Contos com Dança”, espetáculo do nosso Grupo de Dance Kids (cerca de 60 crianças) que proporcionaram lotação esgotada no Teatrinho, “Dia Mundial de Atividade Física” uma atividade multidisciplinar dirigida a todos os públicos, que dinamizou grande parte da cidade com mais de 1000 participantes, e a “1ª Caminhada Noturna” que iluminou toda a cidade com cerca de 1500 participantes.



5.3.4 BIBLIOTECA MUNICIPAL

Em funcionamento desde o ano de 2006, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua conta, à data de 31 de dezembro de 2014, com 2.324 utilizadores inscritos, mais 3,6% que no ano de 2013.

Registaram-se no ano de 2014 na Biblioteca Municipal 1.209 pedidos de empréstimo domiciliário, menos 15% do que em 2013, realizando-se 1.935 empréstimos de volumes/unidades físicas, menos 18,1% do que em 2013.

No ano de 2014 a Biblioteca Municipal registou 15.358 visitas e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 21,6%, menos 21% e 5,8%, respetivamente, do que em 2013, sendo contabilizadas 5.986 sessões de acesso à internet.

Do fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal os volumes/unidade físicas totalizam 22.461 registos, dos quais 76,5% se encontram registados e disponíveis aos seus utilizadores.

No ano de 2014 a Biblioteca Municipal do Peso da Régua teve uma despesa corrente de 193.209,30€ referente a encargos com Pessoal, Aquisição de Fundos Bibliográficos, Manutenção/Gestão e Atividades Diversas, menos 0,68% do que em 2013.

Das atividades correntes que são realizadas, como encontros com escritores/apresentação de livros, exposições sobre livros e autores, exposições de artes plásticas, conferências/palestras, *ateliers* de promoção da leitura, no ano de 2014 a Biblioteca Municipal, para além da realização da XVII Feira do Livro do Douro, participou num número significativo de ações – na sua grande maioria em parceria com as mais diversas coletividades de âmbito local, regional e nacional –, das quais se destacam: as comemorações do “Dia Mundial do Livro”, do “Dia Mundial do Livro Infantil” e do “25 de Abril”; da “Semana Nacional da Leitura”; do Concurso de Leitura “Ler é Crescer”; do “Salão Luso-Galaico de Caricatura”; das “Conversas à Quinta”; do projeto “Ler... Comunicar... Integrar...”.

A Biblioteca Municipal, enquanto parceira do Agrupamento de Escolas | João de Araújo Correia, viu aprovada mais uma candidatura à Rede de Bibliotecas Escolares e à Fundação do Oriente, com o projeto “Leituras d’Oriente e d’Ocidente”.

5.3.4 Ação Social

5.3.4.1 GABINETE DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

Em 2014, o Gabinete de Ação Social e Habitação (GASH) manteve a sua linha de atuação, no sentido de intervir junto da população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social e económica, procurando, assim, promover o seu bem-estar, minimizando o risco da exclusão e desigualdade social. Para levar a efeito esse objetivo, a atividade promovida pelo GASH passa por procurar manter um trabalho de proximidade com a comunidade, por forma a garantir uma resposta específica para as reais necessidades e problemas dos munícipes/famílias que procuram junto deste gabinete um apoio para a melhoria/resolução dessas mesmas necessidades.

Esse trabalho realizado traduz-se no número de atendimentos, encaminhamentos e trabalho em rede com os demais parceiros (como por exemplo reuniões de trabalho realizadas), que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2014 nos seguintes números: atendimentos – 726; visitas domiciliárias – 519; reuniões de trabalho/parceria – 106; encaminhamentos 77.

É de referir que, em 2014, o número médio de atendimentos por mês é de 40, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, atingindo o pico no mês de novembro aquando das inscrições para o cabaz de natal. Os mesmos números refletem o número de visitas, são realizadas em média 15 visitas/mês, sendo que no mês de dezembro este número é muito mais elevado. Realizam-se em média cerca de 10 reuniões/mês com os parceiros e ressalva-se a importância do trabalho que é realizado em rede, pois o trabalho promovido por cada uma das entidades é um contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária.

Por sua vez, o Espaço Solidário, de janeiro a dezembro de 2014, realizou 464 entregas de cabazes alimentares, sendo que 164 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 30 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar a prestar pelo serviço criado. No total das 464 distribuições alimentares, 300 dizem respeito à atividade pontual de distribuição de Cabazes de Natal no mês de dezembro de 2014.

De referir que a frequência das idas ao Espaço Solidário por parte das famílias é mensal, com número de peças a atribuir, salvo casos devidamente justificados (alimentação).

Ao longo de 2014, o Espaço Solidário apoiou uma média de 22 famílias, num total de 264, na procura de vestuário, cerca de 15 famílias usufruíram de apoio alimentar mensal e 20 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No total, o Espaço Solidário sinalizou cerca de 15 famílias novas perfazendo um total de 422 famílias sinalizadas ao Espaço Solidário, tendo o número de sinalizações aumentado em relação às anteriores sinalizações ao Espaço Solidário, cerca de 399 famílias, estando, a sua maioria, a usufruir do serviço disponibilizado pela Câmara Municipal.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2014 no âmbito da intervenção comunitária:

- No seguimento das ações previstas no plano de intervenção (definido em 2013) para o Bairro das Alagoas, em parceria com a entidade responsável pelo bairro social em questão - IHRU, tendo em vista a resolução de situações de sobrelotação e outras, bem como procura de solução mais eficaz para o realojamento da comunidade residente na barragem de Bagaúste, a residir em condições precárias e insalubres, procedeu à transferência de 10 famílias, para fogos cuja tipologia se adequa ao número de elementos de cada agregado familiar, bem como as suas condições de acesso atendem a situações específicas de cada morador;
- Realização de visitas semanais, em parceria com o técnico responsável do IHRU pela intervenção física do Bairro das Alagoas, para realização do levantamento das patologias físicas dos fogos, bem como dos espaços comuns do edificado;
- Continuidade do grupo de encontro para discussão de temáticas de interesse, tal como é exemplo o grupo "Intervenção Barragem", parceria entre a Segurança Social, Câmara Municipal e Projeto CLDS+, tendo em vista a minimização de situações irregulares em período de pós realojamento da comunidade identificada, a residir em condições de insalubridade, barracas.
- Apoio prestado pelo Gabinete à Comissão de Proteção de Menores - técnico cooptado - realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em plano de ação da Comissão;
- Participação no Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;



- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário. Em 2014 contou-se com mais 5 novas inscrições de voluntários num total de 30 inscritos. Em 2014 passou a integrar-se voluntários no Espaço Solidário que são, simultaneamente, beneficiários de serviços em questão (fomento das redes formais e informais de solidariedade), tendo-se realizado dois Contratos Emprego Inserção + (CEI+), ao abrigo das medidas de emprego do IEFP;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social – No âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, foram realizadas no segundo semestre de 2014, 4 reuniões mensais, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 2 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (49 entidades parceiras) com o objetivo de por em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho, nomeadamente a atualização dos instrumentos de caracterização social do concelho (Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social) e emissão de pareceres relativos às candidaturas apresentadas no âmbito do concurso em Regime de Overbooking ao Programa Operacional Regional do Norte – Equipamentos para a Coesão Local – Eixo Prioritário IV – Coesão Local e Urbana.

Representação da interlocutora da Rede Social do Peso da Régua no núcleo operativo da Plataforma Supraconcelhia Douro (PSC) – ISS (integram o núcleo operativo do Douro 7 representantes da Rede Social, num total de 20 concelhos/Redes Sociais), em 6 reuniões de trabalho, tendo como atividades o apoio à organização do Seminário “Ano Europeu contra o Desperdício Alimentar” e a emissão de pareceres relativo às candidaturas apresentadas na PSC Douro no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte.

- Reforço da importância do trabalho em rede, apoio na identificação de famílias em situação de carência alimentar, definição de programas de inserção conjuntos, ingresso cantina social e encaminhamento para apoios sociais promovidos pela segurança social;
- Apoio ao Projeto CLDS+ na implementação de um sistema de apoio escolar informal a jovens sinalizados pela CPCJ e outros parceiros, identificados pelo Gabinete e pelos próprios pais dos jovens, pertencentes,



na sua maioria, à comunidade cigana- frequência do apoio: 2 vezes por semana, no edifício do bairro das Alagoas (ABA), associação de moradores, a atividade contempla a participação dos pais, no controle de comportamentos, de voluntários afetos ao banco local de voluntariado e técnicos do município e do Projeto CLDS+. A atividade integra cerca de 25 jovens e 2 representantes dos menores com presença assídua;

- Participação do Banco Local de Voluntariado na dinamização da atividade promovida pelo Espaço Solidário: apoio às famílias sinalizadas, gestão e manutenção de um espaço que se pretende que possa ser organizado/manuseado pelos voluntários afetos, cerca de 20 pessoas, voluntárias integradas na atividade promovida;

- Continuação da operacionalização da atividade - carrinha domiciliária - através da identificação e encaminhamento de situações. De janeiro a dezembro de 2014 foram sinalizadas e solucionadas cerca de 80 situações, na sua maioria sinalizações de idosos isolados com situação irregular na habitação, ou de famílias com baixos recursos económicos;

- Identificação e distribuição de alimentos na quadra natalícia - a atividade tem em vista a identificação de situações de risco social, muitas das vezes só identificadas no contato com a população, pretendendo-se encaminhar e solucionar situações desconhecidas até então pelos serviços/instituições.

5.3.4.2 GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Em atividade desde 2009, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), situado na sede da Câmara Municipal do Peso da Régua, funciona em estreita articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a principal finalidade de potenciar o encaminhamento de jovens desempregados, desempregados de longa duração e empregados à procura de um novo emprego, para o mercado de trabalho, promovendo melhores condições de empregabilidade aos candidatos e, ainda, responder às diversas necessidades das entidades empregadoras, no que concerne a novas medidas de apoio à contratação, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em continuidade com o ano transato, o GIP contou com a parceria do projeto CLDS+ (Contratos Locais de Desenvolvimento Social +), cujo desenvolvimento de inúmeras atividades locais possibilitou uma resposta mais célere e eficaz a todas as necessidades sentidas pela população,

nomeadamente ao nível do emprego e da formação profissional. A atual conjuntura económico-social desfavorecida potencia taxas de desemprego cada vez mais elevadas e condições de trabalho precárias. É neste sentido que a atuação do GIP se torna essencial, pois, em conjunto com o Gabinete de Ação Social e as diversas parcerias conseguidas com a Segurança Social e o CLDS+, é possível responder de uma forma mais eficaz e individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do Concelho, não só ao nível do emprego, mas também da formação profissional, orientando-os e encaminhando-os para o tipo de resposta mais adequada a cada situação, tendo por base o seu perfil individual.

Desde 2009 estão inscritos 1849 munícipes no Gabinete de Inserção Profissional. Em 2014 realizaram-se 297 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2014, o GIP realizou 19 sessões informativas de Técnicas de Procura Ativa de Emprego/Medidas de Emprego, tendo abrangido cerca de 423 pessoas.

O GIP realizou em média 12 a 13 atendimentos diários, apoiando os desempregados na procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos *vitae* e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas promovidas no IEFP, perfazendo uma média de 279 atendimentos/mês. Verificou-se que, em relação ao ano transato, houve um exponencial aumento do número de utentes a recorrerem aos serviços disponibilizados pelo GIP, consequência da atual conjuntura económico-financeira.

Foram rececionadas 19 ofertas de emprego e cerca de 9 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhadas para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 63 pessoas.

Relativamente às medidas de emprego, deu-se, continuamente, o apoio a 24 Entidades Privadas e Públicas, 17 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, na elaboração de candidaturas às medidas de apoio ao emprego (CEI, CEI+, Estágios Emprego, Estimulo Emprego, Jovem Ativo), tendo sido submetidas 43 candidaturas e colocados 57 munícipes reguenses. Em paralelo, foi também prestado apoio a estas Entidades na gestão do processo de candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos e articulação com o Centro de Emprego. Para além das respostas que o GIP tem vindo a dar às Entidades do Concelho, surgiu também a

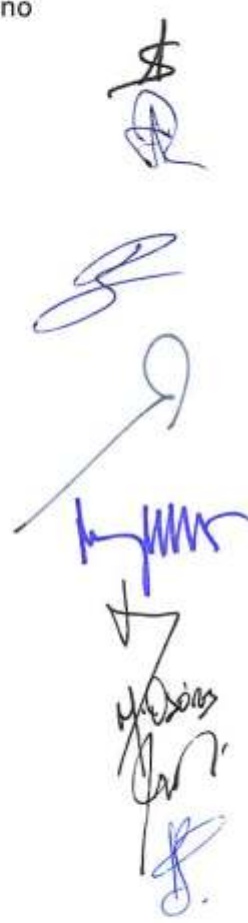




necessidade de apoiar outras Entidades de zonas limítrofes ao Concelho, nomeadamente Lamego, Vila Real e Santa Marta de Penaguião, num total de 3 candidaturas.

Em relação à formação profissional, foram integrados 87 munícipes em ofertas formativas, nomeadamente em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), nas áreas de Jardinagem, Turismo e Lazer, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade e Formações Modulares, em diversas áreas. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades, nomeadamente ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Escola Profissional da Régua e Escola E/B 2,3 Peso da Régua.

Por fim, no decorrer do ano 2014, o Técnico do GIP participou em 24 reuniões de NLI (Núcleo Local de Inserção), do qual é parceiro desde o ano 2012.



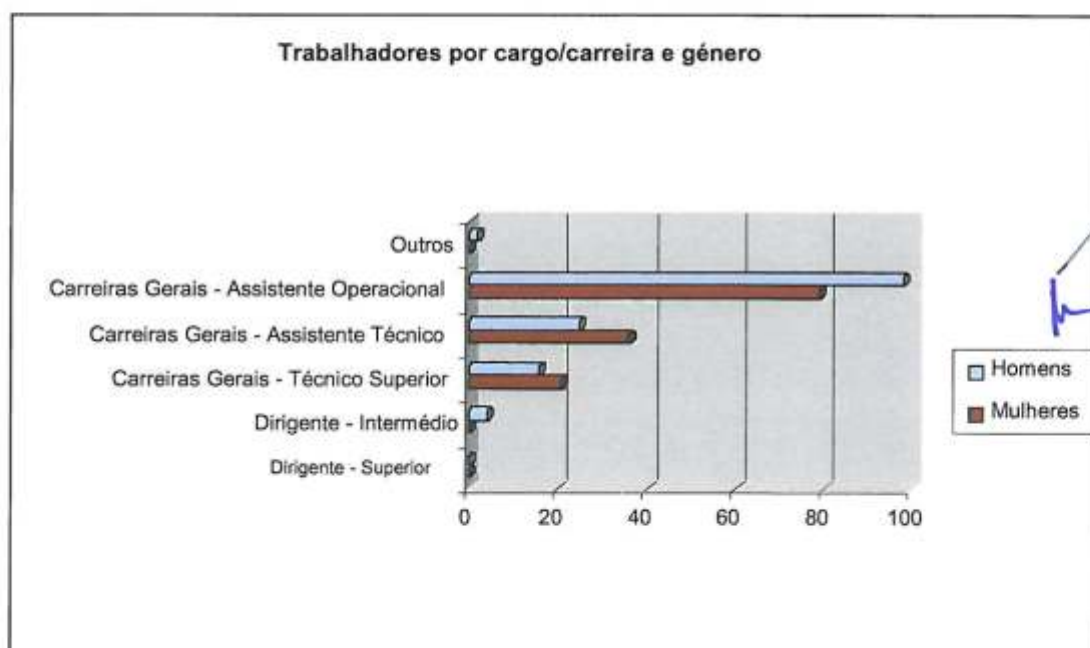
6 RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

Caracterização dos recursos humanos do município

A caracterização dos recursos humanos do município constitui um importante instrumento de conhecimento e gestão dos recursos humanos, permitindo-nos conhecer a realidade social da autarquia bem como as suas necessidades. Este entendimento dos nossos recursos humanos oferece-nos indicadores objectivos sobre competências necessárias para um bom desempenho e serviço em benefício da população do concelho.

6.1 Distribuição por cargo/carreira e género

O número de trabalhadores em 31/12/2014 era de 281, com clara predominância da carreira de assistente operacional; o número de homens e mulheres é muito aproximado, sendo que os homens constituem 51% dos trabalhadores; de salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior e assistente técnico. Verifica-se um rácio¹ de 70 trabalhadores por dirigente.



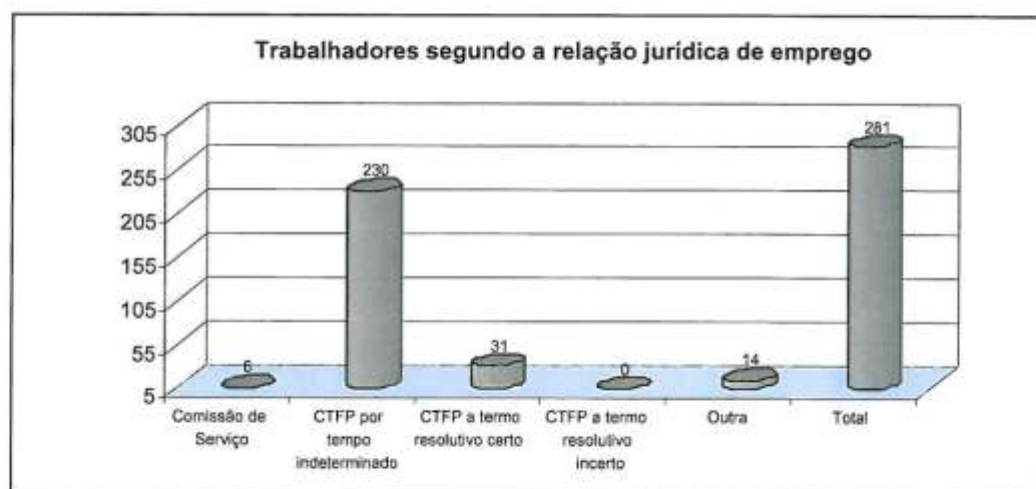
¹ Rácio: Nº total de trabalhadores não dirigentes/ Nº total de trabalhadores dirigentes

Mantém-se a tendência descendente do número global de efetivos, que se observa desde 2010, verificando-se uma descida na ordem dos 6% em relação ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores por cargo/carreira								
		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2014	H:	0	4	16	25	98	2	145
	M:	0	0	21	36	79	0	136
	T:	0	4	37	61	177	2	281
2013	H:	0	5	16	26	102	2	151
	M:	0	0	23	37	88	0	148
	T:	0	5	39	63	190	2	299

6.2 Modalidade de vinculação

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 80% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

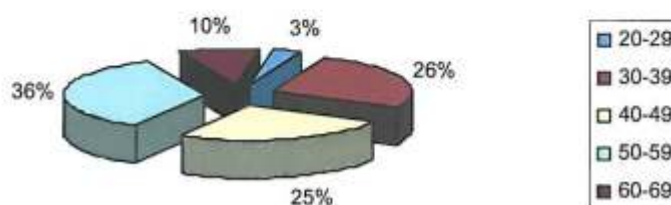


Trabalhadores segundo o cargo/carreira e modalidade de vinculação

2014	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0	2	6
CTFP por tempo indeterminado	0	23	61	146	0	230
CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	17	0	31
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	14	0	14
Total	4	37	61	177	2	281

6.3 Distribuição por escalão etário

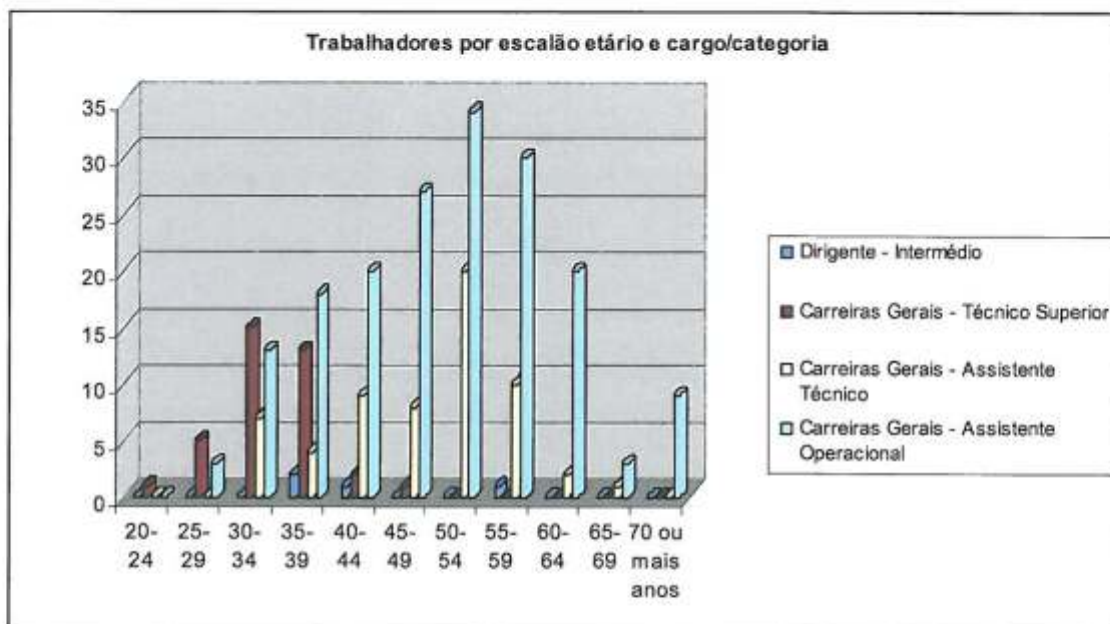
Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 36% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 26 % têm 30 a 39 anos e 25% têm entre 40 a 49 anos de idade.

Trabalhadores por escalão etário


O escalão etário mais representado é 50-54 anos, sendo que dos 55 funcionários que se situam neste intervalo etário, 29 são mulheres e 26 são homens representando assim 19 % do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Trabalhadores por escalão etário e género											
Escalão etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou mais
Homens	1	5	13	18	16	24	26	26	14	1	1
Mulheres	0	3	22	19	17	12	29	15	8	3	8
Total	1	8	35	37	33	36	55	41	22	4	9

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:



Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos predomina a de assistente operacional.

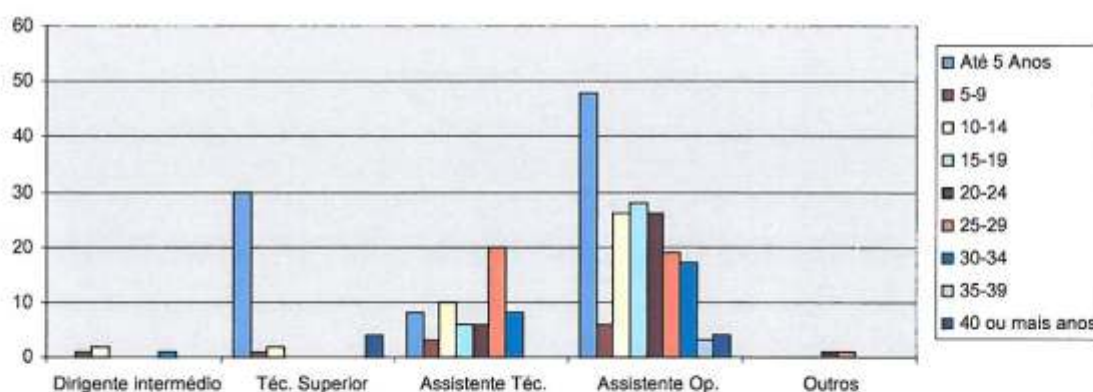
6.4 Antiguidade

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.



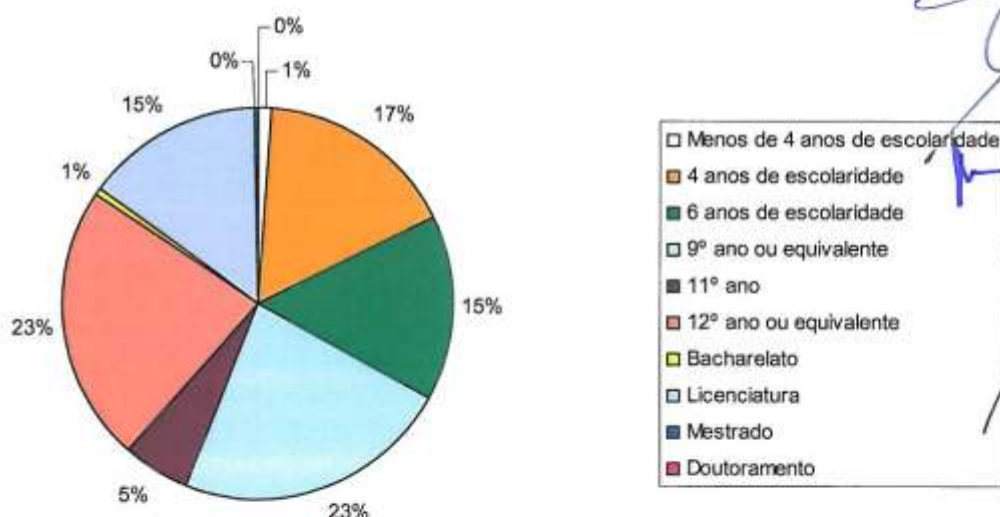
Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo verifica-se que na carreira de técnico superior cerca de 80% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a cinco anos; na carreira de assistente operacional nota-se uma predominância de trabalhadores com uma antiguidade entre os 10 e os 24 anos, perfazendo 116 dos 177 trabalhadores desta carreira;

Antiguidade dos trabalhadores segundo a carreira/cargo



6.5 Estrutura habilitacional

Estrutura habilitacional dos trabalhadores



O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal,

incentivando, também, através do estatuto de trabalhador estudante, o aumento do nível de escolaridade.

Observando o gráfico anterior, verifica-se que cerca de 66% dos trabalhadores possuem habilitações superiores a 9 anos de escolaridade.

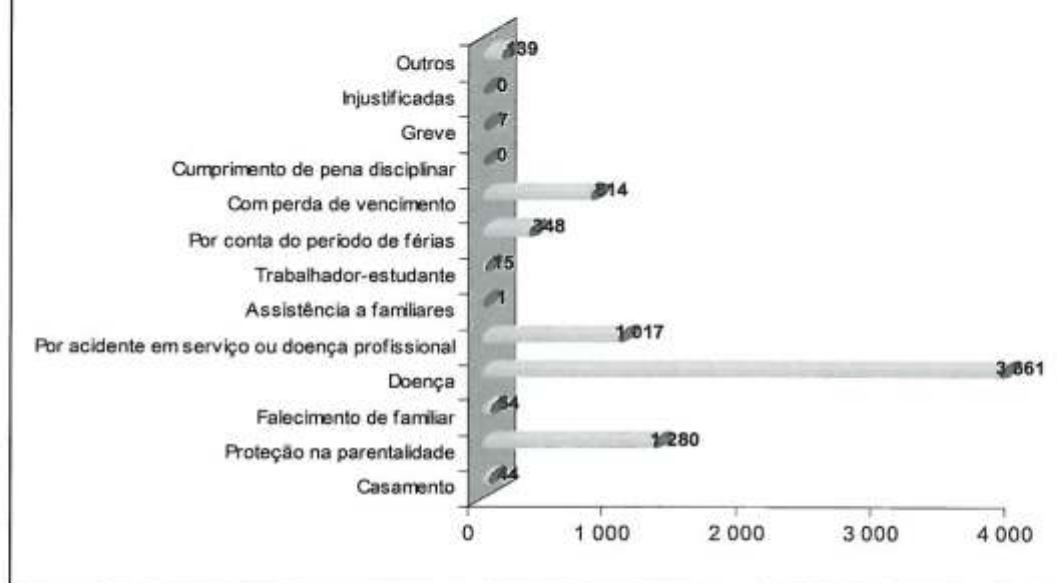
Estrutura habilitacional vs cargo/carreira						
	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	3	0	3
4 anos de escolaridade	0	0	0	47	0	47
6 anos de escolaridade	0	0	2	41	0	43
9º ano ou equivalente	0	0	17	48	0	65
11º ano	0	0	8	7	0	15
12º ano ou equivalente	0	0	32	30	2	64
Bacharelato	0	2	0	0	0	2
Licenciatura	4	34	2	1	0	41
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	37	61	177	2	281

6.6 Absentismo

Da análise do absentismo, é de assinalar a doença como o principal motivo de ausências ao trabalho, seguida da protecção na parentalidade:

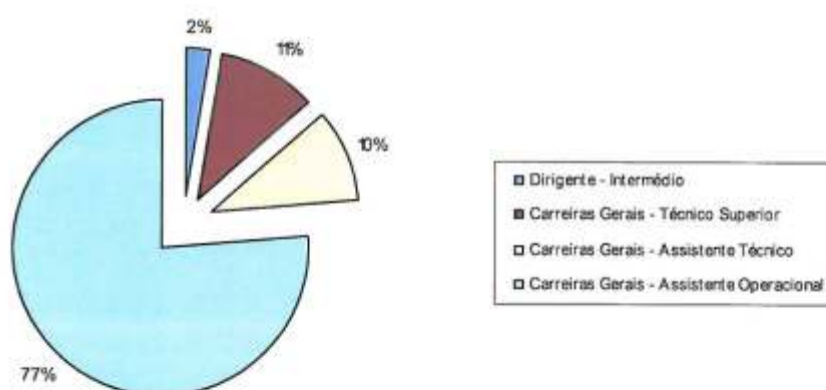
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

Ausência ao trabalho segundo o motivo



A carreira com maior taxa de absentismo é a de assistente operacional, com 77%, que resulta essencialmente de doença; a carreira com menor taxa de absentismo é a de dirigente em que 181, dos 182 dias ausência, foram por motivo de licença sem vencimento.

Ausências por carreira/cargo



	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Total
Dias de ausência	182	847	765	5 786	7 580

6.7 Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal ascenderam, em 2014, aos 3 259 790,69€, dos quais 87% se destinaram ao pagamento de remunerações base:

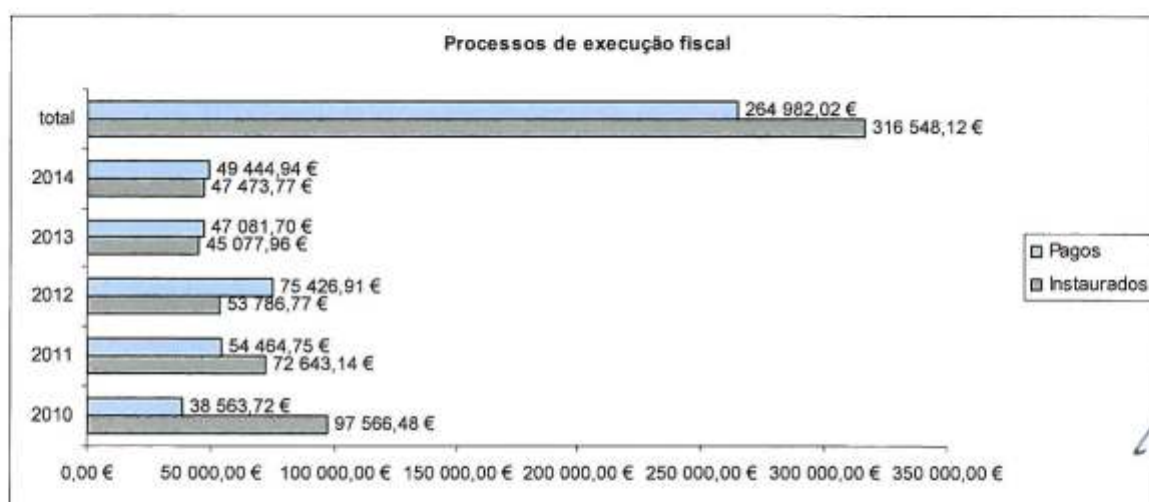
	Valor em €
Remunerações Base	2 837 550,76
Suplementos Remuneratórios	94 037,89
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	11 571,71
Trabalho normal nocturno	0,00
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	47 377,08
Disponibilidade permanente	0,00
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00
Risco, penosidade e insalubridade	0,00
Fixação na periferia	0,00
Trabalho por turnos	9 908,41
Abono para falhas	8 127,66
Participação em reuniões	0,00
Ajudas de custo	7 323,75
Representação	9 729,28
Secretariado	0,00
Outros suplementos remuneratórios	0,00
Prémios de Desempenho	0,00
Prestações Sociais	308 144,33
Abono de Família	18 393,85
Subsídios no âmbito da proteção da parentabilidade	0,00
Subsídio de educação especial	0,00
Subsídio mensal vitalício	0,00
Subsídio de refeição	243 863,59
Subsídio de funeral	0,00
Subsídio por morte	1 257,66
Benefícios Sociais	40 382,67
Outras prestações sociais	4 246,56
Outros encargos com pessoal	20 057,71
Total	3 259 790,69

6.8 Execuções fiscais

O processo de execução fiscal é o meio processual através do qual se procede à cobrança coerciva das dívidas ao Município. Cabe ao órgão de Execução Fiscal a elaboração do competente processo, função essa que está delegada, por designação, no chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

No quadro seguinte podemos observar o número de processos instaurados e findos, com as respetivas quantias relacionadas.

Relação dos processos de execução fiscal				
	Processos instaurados	Quantia	Processos findos	Quantia paga
2010	3791	97 566,48 €	1314	38 563,72 €
2011	1566	72 643,14 €	1403	54 464,75 €
2012	1736	53 786,77 €	1430	75 426,91 €
2013	1680	45 077,96 €	1329	47 081,70 €
2014	1626	47 473,77 €	1184	49 444,94 €
Total	10399	262 761,35 €	6660	264 982,02 €



7 EXECUÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA

A execução financeira foi de 16 132 479,18 €, representando, em termos percentuais, 58% das previsões definidas em Orçamento.

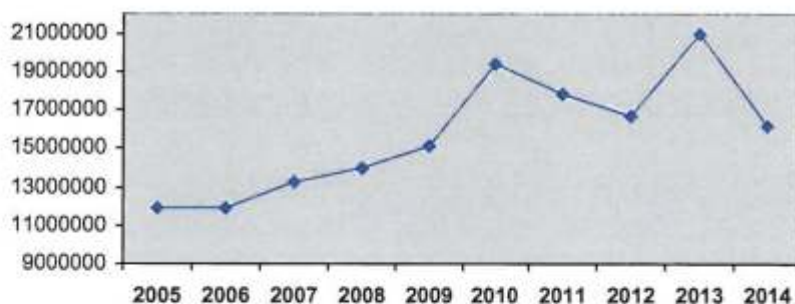
Do valor global da receita cobrada líquida, 67,91% corresponde a receita corrente e 28,20% a receita de capital.

Receita		
Corrente	Capital	Outras
10 956 173,66	4 549 485,69	626 819,83
Valores de receita obtidos		

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada e a receita obtida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 27 820 933,34 €, foram arrecadados 16 132 479,18 €, o que representa cerca de 58%.

Se efetuarmos um reporte às previsões iniciais do orçamento verificamos que o valor previsto era de 27 197 668,09 €, o que significaria uma execução de 59,31%.

2005	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
11 963 681	14 042 493	15 145 548	19 405 988	17 859 606	16 672 650	20 979 274	16 132 479
Evolução da Receita desde 2005							

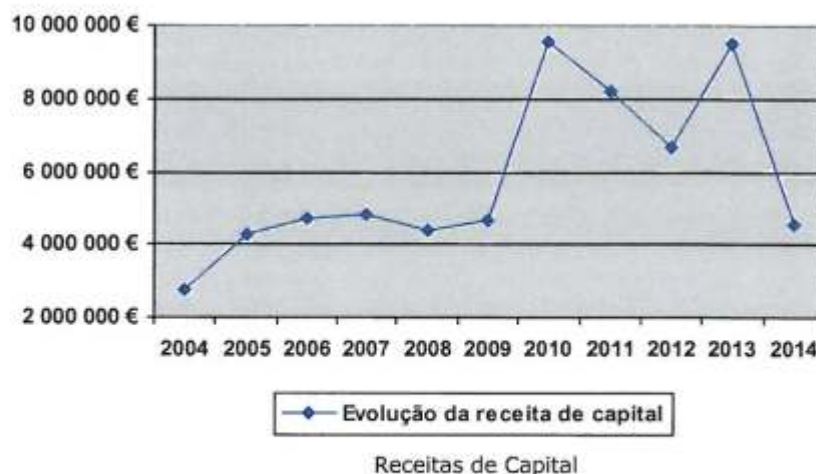


A evolução das receitas arrecadadas sofreu em 2014 apresenta um valor inferior ao executado nos anos anteriores, muito por força do abrandamento dos investimentos suportados no quadro comunitário.

7.1 Receita de capital

De uma previsão orçamental corrigida de 14 944 271,64 €, verificou-se uma execução financeira de 4.549.485,69 €, correspondente a 30,4 % da receita prevista.

	Descrição	Receita Prevista	Receita Cobrada	Percent. Exec.
	RECEITAS DE CAPITAL	14 944 271,64	4 549 485,69	30,4
9.	Venda Bens de Investimento	3 333 979,48	405 931,24	12,2
10.	Transferências de Capital	10 078 453,02	4 118 954,45	41,1
12.	Passivos financeiros	1 531 839,14		0
15.	Outras Receitas	623 365,25	626 819,83	100,6



As receitas de capital apresentam uma redução significativa, em comparação com os anos anteriores, nomeadamente 2013, onde existiu um incremento por via do PAEL.

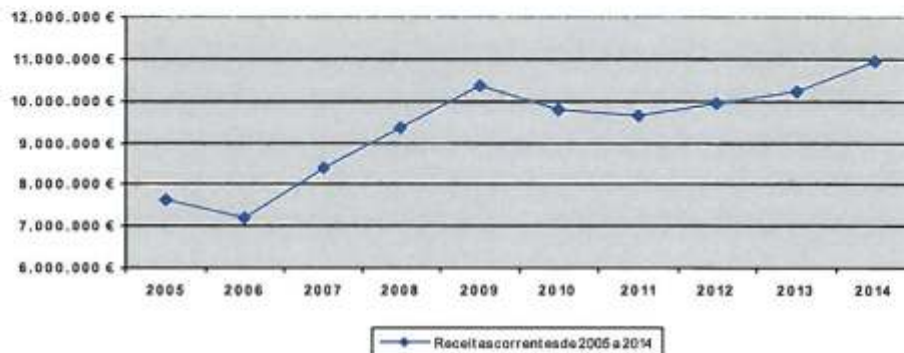
Atendendo estarmos em fase final do quadro comunitário, também o incremento de receita por esta via foi substancialmente inferior.

7.2 Receita Corrente

Ao nível da execução orçamental corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 12 253 296,45 €, foram arrecadados 10 956 173,66 € correspondente a cerca 89,4% da receita inicialmente prevista.

2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
7.640.459	8.407.452	9.308.467	10.385.315	9 774 005	9 957 712	10 204 338	10 956 173

Evolução das receitas correntes de 2005 a 2014



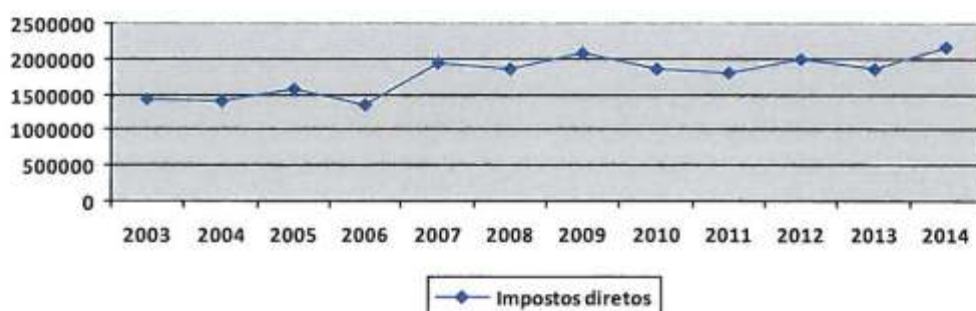
As receitas correntes apresentam um ligeiro crescimento, suportadas no IMI e no imposto de circulação comparativamente ao ano anterior.

Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas:

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.01 Impostos diretos	2 078 522	2 235 705	103,6

2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
1.569.010	1.944.049	1.865.095	2.087.583	1.846.892	1.991.458	1 860 554	2 153 795

Evolução dos Impostos diretos de 2005 a 2014

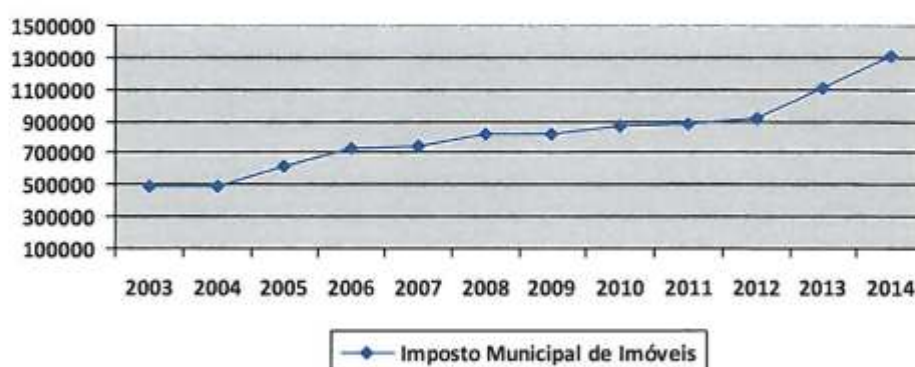


Os impostos diretos apresentam um crescimento de cerca de 3,6% comparativamente ao estimado inicialmente.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.02 IMI-Imposto Municipal s/ imóveis	1 104 560,51	1 307 361	118,4

2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
612.419	738.310	816.157	819.067	866.589	923.115	1.112 588	1 307 361

Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2014



Em relação ao imposto municipal sobre imóveis, a receita do ano apresenta um crescimento de cerca de 18% em relação ao valor previsto inicialmente.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.03 Imposto Único de Circulação	294 216	303 294	103,1

2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
153.443	174.653	170.985	173.465	194.292	250.810	334.504	303 294

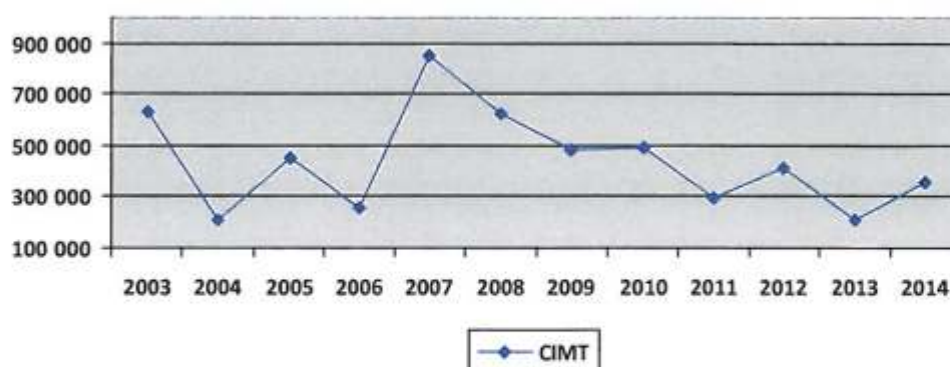
Evolução das receitas IUC de 2005 a 2014

Quanto à receita obtida com o Imposto Único de Circulação, apesar de se verificar um decréscimo comparativamente ao ano anterior, note-se que mantém um crescimento sustentado e significativo quando usamos outros anos como padrão de comparação. Em relação ao previsto apresenta um crescimento de cerca de 3%.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.04 CIMA	363 560	356 107	98%

2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
449.095	848.173	624.813	485.125	493.223	409.428	207.356	356 107

Evolução das receitas CIMA de 2005 a 2014



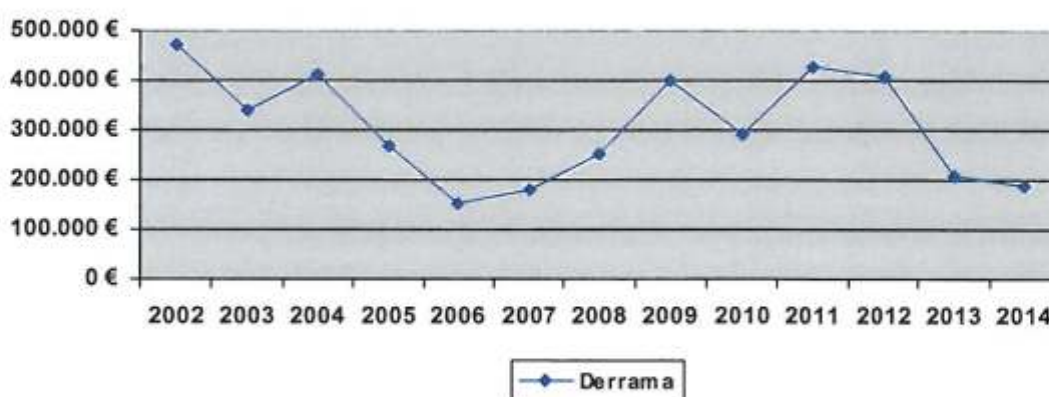
Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresenta uma ligeira recuperação face ao ano anterior, onde se registou uma quebra acentuada desta receita, fruto da realidade económica.

Verificamos que no ano 2014, este imposto apresenta valores que indiciam que podemos estar perante um ciclo de recuperação da atividade e dinâmica económica.

	Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
01.02.05	Derrama	316 185	187 031	59,2

2004	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
412 209	267 472	181 950	253 140	399 895	292 788	429 535	408 104	206 104	187 031

Evolução das receitas provenientes da derrama entre 2004 e 2014



O lançamento de uma derrama é um imposto que a Lei de Finanças Locais prevê como competência dos Municípios.

De acordo com a nova Lei de Finanças Locais, nº73 de/2013 de 3 de Setembro, "1 — Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Este imposto, após a sua aprovação pela primeira vez em 2003, tem sido anualmente aprovado como forma de contributo para os elevados investimentos que estão e vão continuar a ser efetuados e que traduzirão,

naturalmente, numa melhoria da qualidade e competitividade do Concelho e de todo o seu tecido comercial.

Para o ano 2014, o Município deliberou aplicar 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (I.R.C.), sendo esta taxa de 1% para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior inferior a 150 000 €.

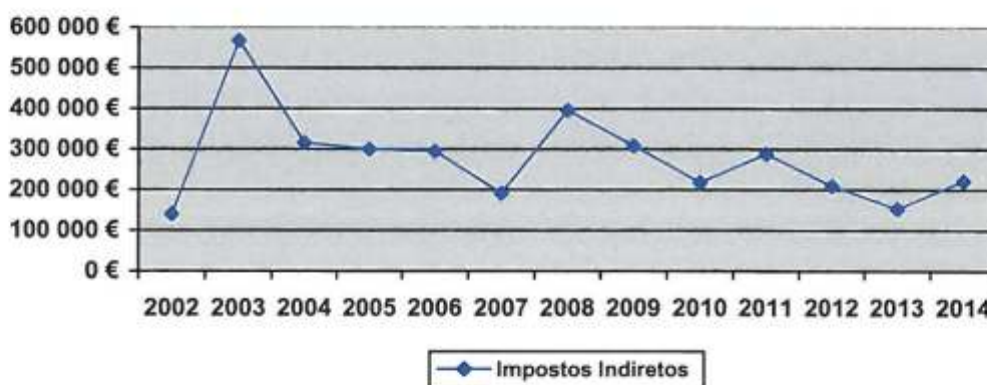
A receita deste imposto e tal como já era expectável manteve uma trajetória de redução, apesar de já não ser tão acentuada como no ano transato.

Mantemos a convicção que a forte dinâmica de investimento municipal nomeadamente na regeneração urbana e equipamentos, constituirá um elemento "âncora" de referência no crescimento e consolidação de oportunidades de negócios e de emprego em setores ligados ao turismo, em complementaridade aos setores tradicionais.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.02 Impostos Indiretos	205 190,08	222 004,85	108,2

2004	2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014
315 722	300 349	191 417	396 202	308 371	217 845	209 270	153 763	222 004

Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2004 e 2014



Da análise evolutiva da receita referente a este imposto verificamos, que existiu uma inversão na quebra que se registava desde 2008. Atendendo às perspetivas positivas da recuperação económica global, perspectivamos que esta melhoria venha a ser consolidada nos próximos anos.

A receita referente ao licenciamento de loteamentos e obras começa a dar alguns sinais de recuperação que esperamos que se consolidem em 2015.

Descrição	Previsto	Executado	Grau exec.
.04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	324 066,01	315 201,79	97,3
.05 Rendimentos de Propriedades	585 892,64	606 566,05	103,5
.06 Transferências Correntes	7 180 568,89	6 286 131,33	87,5
.07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 575 371,76	1 101 118,23	69,9
.08 Outras Receitas Correntes	303 685,00	271 356,31	89,4

Execução orçamental das rubricas.04.05.06.07.08

Ao nível das receitas correntes, o executivo não efetuou qualquer atualização ou ajustamento de rendas, taxas, tarifas ou preços.

Tal como tem assumido, é nesta área que tem efetuado um apoio efetivo, uma vez que esta é transversal a todos os municípios.

Uma chamada de atenção especial para a área do ambiente onde o apoio que tem sido dado aos municípios é muito acentuado, em virtude dos valores que são pagos pelo Município quer às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, assim como às empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Em relação a este último, facilmente podemos constatar que as receitas geradas não cobrem os custos de 3 meses do serviço prestado pelas empresas.



8 ORÇAMENTO DA DESPESA

A previsão orçamental corrigida para o ano 2014 ao nível da despesa foi de 27 197 668,09 €, dos quais foram assumidos como compromissos 22 827 328,33 €. Do exposto verificamos que dos valores inicialmente previstos para os valores comprometidos existe um saldo de 4 370 339,70 €

A despesa paga durante o ano em análise cifrou-se em 15 879 007,52 €, valor que originou uma execução global de 57,08%. Também aqui, se tivermos como referência os valores efetivamente comprometidos, uma vez que são estes que traduzem de forma fiel, clara e objetiva em termos financeiros e contabilísticos, atingiríamos uma percentagem de 69,5%.

8.1 Despesa de Capital

A previsão inicial corrigida da despesa de capital foi de 15 198 006,18 €, dos quais foram assumidos ao nível dos compromissos 11 533 433,61 €, o que representa cerca de 40,13% da execução inicialmente prevista.

Ao nível da despesa comprometida e paga, foram executados 6 098 298,92 €, o que corresponde a 40,13% da despesa prevista e 52% dos compromissos assumidos.

	Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos assumidos	Despesa Paga	Exec.
.07	Aquisição de Bens de Capital	13 664 911	10 117 872	4 682 737	34,27
.08	Transferências de capital	375 247	259 050	259 040	69,03
.10	Passivos Financeiros	1 157 647	1 156 511	1 156 511	99,90

Execução orçamental das rubricas.07.08.10

Da análise à execução financeira na despesa de capital, nomeadamente na rubrica, aquisição de bens de capital (07) verificamos que se mantém o esforço que concluir um conjunto muito significativo de investimentos com o objetivo de dotar o Concelho de melhor qualidade de vida, com fortes investimentos na área ambiental, na área dos equipamentos de natureza cultural, desportiva e recreativa, assim como na área da requalificação urbana e comercial, continuam a ser concretizados e implementados.

O objetivo de maximizar o aproveitamento do Quadro Comunitário manteve-se durante o ano 2014, com a consciência plena de que este esforço exige um rigor e um equilíbrio muito forte na gestão financeira municipal.



Estamos como é assumido publicamente, perante a última oportunidade de obter financiamento para áreas infra estruturais, mantemos assim a determinação de candidatar todas as possibilidades de investimentos até à última oportunidade que os processos concursais nos permitirem. Reafirmamos que este Quadro Comunitário tem sido fundamental para que o Concelho pudesse recuperar de um atraso estrutural que todos reconhecemos.

8.2 Despesa Corrente

Ao nível da execução orçamental nas rubricas relacionadas com despesas correntes, verificamos que, de uma previsão inicial corrigida de 12 622 927,16 €, foram assumidos como compromissos 11 293 894,72 €, dos quais 9 780 708,60 € correspondem à despesa efetivamente paga, valores que representam uma execução de 77,48% em relação ao previsto. Na relação entre despesa comprometida e paga verificamos uma execução de 86,6%.

Esta rubrica reflete todos os custos de funcionamento municipal, que vão desde os recursos humanos aos custos de funcionamento de toda a estrutura, passando por toda a atividade realizada e apoiada, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo por parte do Município.

Durante o ano 2014, foram mantidos todos os valores relacionados com taxas, preços e tarifas, como principal forma de apoio a todos os munícipes, as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

O Município em 2014 não só manteve todos os valores das taxas, preços e tarifas que tinha, como nem sequer procedeu à sua atualização, tal como está previsto na lei, como forma de manter um apoio permanente a todas as famílias residentes no Concelho.

Para exista dados claros sobre o défice apresentado no sector da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo) centremo-nos no mapa seguinte:

Descrição do serviço	Receita	Despesa	Saldo
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	167 240,76	738 751,32	- 571 510,56
Abastecimento de água (Atmad)	417 648,37	297 798,79*	119 849,58
Tratamento de efluentes (saneamento)	214 116,86	596 507,91	- 382 391,05
Total	799 005,99	1 633 058,02	- 834 052,03

*O valor apresentado na despesa com abastecimento de água, apenas se refere à compra de água que é efectuada às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, pelo que todo o abastecimento à zona urbana da cidade, efectuado por captação própria não foi contabilizado, assim como todos os custos inerentes a todo o processo de captação, tratamento e distribuição que estimamos ultrapassarem os 750 000,00€ anuais.

Do exposto verificamos que o défice total nestas três áreas de prestação de serviços apresenta um défice anual superior a 1 500 000 euros, situação que se tem repetido e acentuado desde 2006.

8.3 Rácios de Execução Orçamental

De seguida alguns indicadores/rácios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos cinco anos, no que respeita ao interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

Rácios de Estrutura	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos Directos / Receita Corrente	19,88%	20,10%	18,90%	18,73%	20,00%	18,65%	20,25%
Venda de Bens/ Serviços Correntes / Receita Corrente	11,58%	9,70%	10,24%	10,21%	11,53%	10,41%	9,98%
Transferências Correntes / Receita Corrente	49,76%	53,64%	56,40%	55,59%	51,89%	59,52%	56,95%
Transferências de Capital / Receita de Capital	94,03%	78,09%	72,76%	81,69%	99,28%	47,48%	91,08%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	6,28%	16,02%	4,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Receita Corrente / Receita Total	66,80%	68,95%	50,51%	53,96%	59,72%	48,77%	68,08%
Receita de Capital / Receita Total	33,18%	30,99%	49,34%	45,87%	39,94%	45,19%	28,06%

Rácios de Gestão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	44,38%	49,51%	50,87%	49,59%	47,03%	41,83%	45,04%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	24,45%	29,31%	23,40%	26,12%	27,83%	23,10%	27,75%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	36,46%	42,58%	46,44%	48,68%	43,49%	45,97%	39,91%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	39,70%	38,15%	35,32%	32,56%	29,76%	37,52%	41,08%
Despesa Corrente / Receita Corrente	82,17%	86,00%	91,30%	98,17%	92,47%	109,90%	88,61%
Despesa de Capital / Receita de Capital	134,77%	131,90%	109,74%	103,77%	95,45%	96,14%	134,04%
Despesa de Total / Receita de Total	99,61%	100,17%	100,26%	100,57%	93,35%	97,04%	97,93%

Rácios de Investimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	85,02%	85,60%	91,07%	87,71%	81,76%	86,29%	76,79%
Investimento (PPI) / Despesa Total	38,17%	34,93%	49,18%	41,51%	33,39%	38,63%	29,49%
Transf. projetos co-financiados / Receita Total	9,16%	0,80%	23,88%	24,70%	27,60%	14,93%	22,42%
Transf. projetos co-financiados / Investimento (PPI)	24,09%	2,29%	48,42%	59,16%	88,56%	39,82%	77,63%
Investimentos/População Residente*	283,30 €	279,64 €	506,62 €	435,18 €	303,32 €	460,22 €	273,35 €

*censos 2001 e 2011

9 ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A 1 de Janeiro de 2014 entrou em vigor a nova lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais (lei nº 73/2013 de 3 de Setembro)

Com a referida lei alterou-se por completo a fórmula de cálculo do endividamento municipal, assim e de acordo com o artigo 52º, denominado limite da dívida total, verificamos:

"1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais."

- Receita corrente líquida 2011 - 9 637 313
 - Receita corrente líquida 2012 - 9 957 712
 - Receita corrente líquida 2013 - 10 204 338
- Valor total - 29 799 364

Média da receita corrente líquida - 9 933 121

Limite dívida total 2014 (1,5 média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) - **14 899 681,99**

Da análise à nova lei, verificamos que deixaram de existir empréstimos excecionados previstos na anterior lei, pelo que o endividamento engloba todos os montantes no âmbito do município, como das associações e fundações onde existam participações.

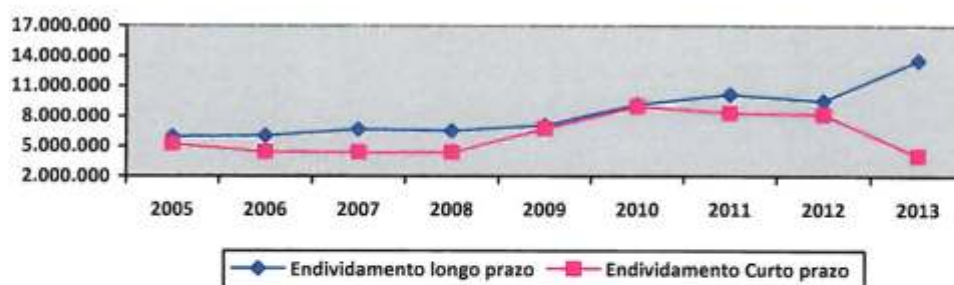
9.1 Evolução do serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Não Excecionados	1 346 994	3 507 189	3 801 443	4 999 734	5 276 584	4 922 174	9 337 637	8 547 280
Excecionados	4 562 722	3 175 554	3 289 920	4 203 048	4 917 169	4 618 865	4 257 857	3 891 702
Total	5 951 052	6 682 744	7 091 364	9 202 783	10 193 752	9 541 039	13 595 494	12 438 983

Evolução do serviço da dívida de médio e longo prazo – 2005 a 2014

O valor de endividamento de médio/longo prazo é de 12 436 983 €, verificando-se uma redução de 1 156 511 €, comparativamente ao ano anterior. Dos valores em dívida, cerca de 31% correspondiam a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.



Empréstimos	1997	2001	2005	2009	2012	2013	2014
Não Excecionados			1 346 994	3 801 443	4 922 174	9 337 637	8 547 280
Excecionados			4 562 722	3 289 920	4 618 865	4 257 857	3 891 702
Total	2 179 604	2 310 515	5 951 052	7 091 364	9 541 039	13 595 494	12 438 983

Evolução da dívida médio longo prazo por ciclo autárquico

Os dados apresentados evidenciam a evolução da dívida numa lógica dos ciclos autárquicos desde 1997, verificando-se que no ciclo 1997/2005 existiu um aumento de 3 771 448 € e no período de 2005/2013 a variação do endividamento de longo prazo foi de 7 644 442,00 €. Contudo, este valor reflete o empréstimo integrado no PAEL efetuado pelo município durante o ano de 2013 e que transformou um stock de dívida de curto em longo prazo, como se pode verificar na análise seguinte.

Conjugando os valores de endividamento global, verifica-se que o seu valor absoluto na variação de oito anos foi de 4 542 636 €.

9.2 Serviço da Dívida a Curto Prazo

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até final do ano de 2014 e encontram-se registados em outras dívidas a terceiros.

A relação de encargos assumidos e não pagos a 31-12-2014 são de 4 472 755 €.

Descrição	2005	2007	2009	2011	2012	2013	2014
Dívidas a terceiros	5 225 163	4 420 051	6 791 314	8 355 085	8 217 333	3 674 773	4 472 755
Valores de reembolso	83 689	1 249 836	3 190 704	2 678 889	2 174 408	1 635 105	1 295 169
Saldo	5 141 474	3 170 214	3 600 610	5 676 196	6 042 925	2 039 668	3 177 586

Encargos assumidos/reembolso de encargos

No montante da dívida global, encontram-se registados cerca 1 295 169 € referentes aos valores que se encontram em dívida perante o município, relacionados nomeadamente com programas comunitários, assim como dívidas de terceiros, nomeadamente protocolos, programas de cooperação e outras dívidas que assumiram contrapartidas com o Município.

Limite	Data de referência	Dívida Total	Montante em Excesso
	01-01-2014	17 918 699,00	3 019 017,01
14 899 681,99	31-12-2014	17 118 079,00	2 218 397,00

Valores de endividamento referentes a 31-12-2014

Tal como determinado na nova lei de finanças locais, a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Assim, a dívida total do município é de 17 118 079, apresentando um excesso no final do ano de 2 218 397,00.

De acordo com a alínea a) do nº3 do artigo 52º, sempre que um município, "não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício

subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido..."

Contudo e de acordo com o número 1, do artigo 84.º "No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excepcionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei."

Em função do exposto e tendo o município um valor de empréstimos excepcionados de 3 891 702,00, verificamos que ficamos enquadrados no determinado no artigo 84º.

Contudo, importa referir que o problema contabilístico que existiu em 2013 e que alterou os limites ao nosso endividamento, não foi até ao momento corrigido.

Para enquadramento do assunto citamos o descrito no relatório de 2013 "No endividamento líquido municipal a lei de orçamento de estado determinou que o limite de endividamento para 2013 seria o menor de dois valores, o valor do endividamento líquido no final de 2012 ou o valor resultante no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Tendo como referência estes dois valores, verificamos que o menor é o que resulta da Lei de Orçamento de estado com 7 725 091,05 €. Contudo, este valor foi obtido tendo uma receita de 2 199 630,50 € referente à taxa cobrada à Portugal Telecom que, tendo sido favorável ao município no Tribunal Administrativo de Mirandela, acabou por ser desfavorável no Supremo Tribunal Administrativo e, como tal, tendo sido contabilizada no ano de 2012, foi retirada durante o ano 2013. Este movimento contabilístico originou uma alteração dos valores que tinham servido para cálculo do endividamento líquido do ano 2012 e que serviram de referência para 2013.

Com esta correção, o valor de referência para o ano 2013 não seria o valor de endividamento líquido a 31-12-2012, mas sim o valor calculado pela lei nº2/207 de 15 de janeiro.

Com esta reformulação, teríamos como valor limite ao endividamento 9 493 433,08 €, em alternativa ao definido de 7 725 091,05 €.

Apesar de termos solicitado esta alteração à Direção Geral das Autarquias Locais, ainda não obtivemos resposta, pelo que teremos de assumir que

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, some with arrows pointing to the text.]

com base nos dados disponíveis apresentamos um excesso de 1 652 316 €, tendo como limite o endividamento calculado com base na Lei de Orçamento de Estado. Caso a alteração tivesse sido efetuada, passaríamos a ter um excedente de 116 026,00 €."

Aguardamos, pois, o despacho favorável às nossas pretensões, no sentido de ver reflectido em 2013 o cumprimento dos limites de endividamento, possibilitando assim que possamos estar contemplados na cláusula de excecionamento determinada pelo número 1, do artigo 84 da lei 73 - 2013 de 3 de Setembro.



10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento aqui apresentado reproduz da forma mais precisa e rigorosa possível, toda a atividade que ocorreu durante o ano 2014.

Procuramos dar conhecimento a todos os elementos que compõem os Órgãos Autárquicos todos os factos que ocorreram e que de uma forma ou de outra alteraram a realidade municipal, assim como o registo de todas as opções tomadas pelo executivo no âmbito da gestão estratégica e financeira municipal.

O executivo manteve a estratégia definida para o município procurando conciliar as dificuldades económicas, com as oportunidades que têm surgido no âmbito do Quadro Comunitário.

Mantivemos um forte investimento num conjunto de infra-estruturas que são necessárias do ponto de vista da qualidade, mas principalmente do ponto de vista da competitividade do Concelho.

Continuamos atentos às oportunidades que pudessem surgir no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional como a última oportunidade capaz de financiar um conjunto de necessidades infraestruturais necessários à melhoria da qualidade de vida no nosso Concelho.

O ano 2014 ficou marcado pela aprovação da requalificação da escola Eb 2,3 de Peso da Régua, o último dos equipamentos escolares a ser requalificado, fechando assim a requalificação de todo o parque escolar do Concelho, mantendo firme a aposta na qualidade da educação.

A dinamização turística, com o lançamento da empreitada do novo posto de turismo, preparado para dar resposta a uma nova realidade turística.

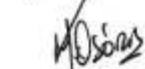
No âmbito da valorização e promoção turística e cultural candidatamos um Programa integrado de sinalização ambiental e cultural para o concelho uniformizando e melhorando toda informação concelhia.

No âmbito cultural a reabilitação e criação do centro interpretativo da Fonte do Milho caminha para a sua conclusão, perspetivando-se como mais um equipamento de natureza cultural e turística que o concelho irá possuir para complemento e valorização de um recurso há muito identificado, mas nunca recuperado, nem valorizado.

No âmbito desportivo candidatamos e lançamos a empreitada de reabilitação e arrelvamento do Campo Dr. Rui Machado, assim como a substituição do relvado sintético do Estádio Municipal Artur Vasques.









Os constrangimentos financeiros mantêm-se muito fortes, contudo, não realizamos qualquer aumento ou atualização das taxas e tarifas municipais, nomeadamente no que respeita a água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (lixo), situação que se mantém desde 2005 e que representa um défice superior a 1 500 000 euros anuais.

Continuamos a apoiar tecnicamente as associações e instituições do nosso concelho na elaboração e gestão de um conjunto muito significativo de candidaturas a financiamento comunitário, contribuindo assim para a melhoria do trabalho que realizam em prol dos nossos munícipes.

Um destaque especial para as Juntas de Freguesias e seus representantes, nossos parceiros estratégicos, pela forma disponível e dedicada com que se envolvem no desenvolvimento das suas freguesias. Sem dúvida alguma, que a articulação entre Município e Juntas de Freguesia tem-se revelado fundamental no trabalho realizado, tanto pelas verdadeiras parcerias que estabelecidas, como com as competências delegadas.

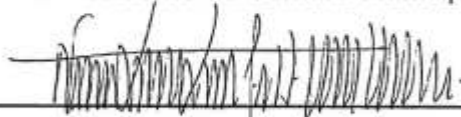
Também o magnífico e empenhado trabalho desenvolvido pelas nossas associações de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e juvenil merece mais uma vez destaque, não só pela permanente disponibilidade que demonstram, mas também pelo trabalho que realizam na sua área de atuação.

Uma palavra final, a todos os colaboradores do Município pelo trabalho, dedicação e empenho na realização das tarefas e serviços que estão na sua área de intervenção. O seu desempenho tem sido fundamental para a sustentabilidade de uma dinâmica que se quer permanente no trabalho conjunto em prol do nosso Concelho e de todos os Reguenses.

Pretendemos que o documento apresentado espelhe de forma clara as dificuldades e constrangimentos com que o município se depara, assim como todo o esforço que tem sido realizado no sentido de aumentar níveis de serviços e apoio a todos os munícipes.

Peso da Régua, 14 de Abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves







